

1 **Ata 03/2022** – No dia dezesseis do mês de março do ano de dois mil e vinte dois, às oito
2 horas e trinta minutos, reuniram-se os membros do **Conselho Municipal dos Direitos da**
3 **Criança e do Adolescente (CMDCA)** de forma on-line, via aplicativo Google Meet, para
4 **Reunião Extraordinária**, contando com a presença dos seguintes conselheiros/as GESTÃO
5 2021-2023: Edmara de Souza, Juliana Alves Máximo de Souza, Camila Taiara Perachi,
6 Samara Villas Boas Gobbi, Raquel Cassol da Silva, Diselda Soares da Cunha, Thaís Nayara
7 Dechechi Pelisson, Franz Menegasso, Luciana Roberta Felicetti Rech, Chirlei Echhardt,
8 Lineu Wutzke, Valéria Medeiros, Jaqueline Alvez Eberhardt, Monica Bernadete Gomes da
9 Silva Van de Sand, Rodrigo Assufi Dallagnol, Paula Danielle Lopes, Valdenice dos Santos
10 Souza. Registra-se também a presença remota dos participantes: Rosiany Favareto (SMAS-
11 Gestão SUAS), Jennifer Teixeira (SMDH), Maicon Lopes (Conselho Tutelar II), Alan Junior
12 Julio (Conselhor Tutelar I), Cassio (Conselho Tutelar II) e Teresinha Silvino (Conselho
13 Tutelar II). E ainda as justificativas de ausências das seguintes conselheiras: Ivone Laguna,
14 Cristiane Roberta Xavier Cândido e Marco Aurélio Waschburger. A Presidente do CMDCA,
15 senhora Juliana Alves Máximo de Souza, inicia à reunião on-line cumprimentando a todos os
16 conselheiros(as), e em sequência, a Presidente apresenta os pontos de **PAUTA** da reunião
17 sendo: **a)** Deliberar sobre o Edital de Chamamento Público; **b)** Deliberar sobre as indicações
18 para formação da Comissão de Análise e Seleção de Projetos do Chamamento Público; **c)**
19 Deliberar sobre formação da Comissão de Monitoramento e Avaliação do Chamamento
20 Público; **d)** Deliberar sobre os critérios para acessar os valores arrecadados com a
21 Campanha Legal. A Presidente solicita aos conselheiros se alguém tem algum ponto a ser
22 incluso na pauta, sendo que não houve, então coloca a pauta para aprovação, a qual foi
23 aprovada por todos. Deste modo, inicia-se a pauta com o **Item A – Deliberar sobre o Edital**
24 **de Chamamento Público:** A Sra. Raquel Cassol comunicou que a Secretária Executiva
25 Heloísa Heiss Giaretta enviou o edital para os conselheiros para quem pudesse lê-lo, que é
26 um pouco extenso com 46 páginas, porém é semelhante ao do ano passado. Portanto vai
27 passar o edital em linhas gerais, atendo-se somente a alguns pontos. Cita que o edital está
28 sem número, que é o departamento de compras da prefeitura que indicará a numeração, o
29 mesmo se dá com a data para a apresentação de propostas para as instituições que tem
30 interesse em encaminhar uma proposta de plano de trabalho, mas que o edital ficará aberto
31 por 30 dias conforme legislação. Comenta que a primeira página apresenta os dados da
32 SMDH, do Fundo da Criança, que traz algumas legislações de cada política que o edital abre
33 a possibilidade de se candidatar com projetos para receber os recursos. Cita que há ações
34 na área de Assistência Social, na área da Saúde, na Política da Educação, na Política de

35 Cultura e na Política de Esporte e Lazer para receber os recursos. Comenta de outra parte
36 que está em aberto e que trata da resolução que definirá os representantes das comissões
37 que analisarão a documentação que será entregue. Na sequência há uma justificativa que o
38 objetivo é fortalecer ações que já são realizadas por organizações da sociedade Civil e que
39 compõe a rede privada, que é um recurso específico, não é continuado e mais abaixo no
40 documento cita o prazo pra execução do recurso e prestação de contas. O recurso é voltado
41 para propostas que visem a promoção, proteção e defesa de direitos de Crianças e
42 Adolescentes. Comenta que o edital cita alguns critérios para as entidades participarem,
43 situações onde há impedimento de participar, relata como são os trâmites ao longo desses
44 30 dias, fala sobre a documentação necessária para as empresas participarem. Também
45 sobre como deve ser a apresentação da proposta por parte da entidade, bem como prazos,
46 algumas descrições de como o valor destinado deve ser gasto, como funciona o cálculo da
47 Per Capita por criança, fala também sobre a comissão de seleção e quais suas atribuições.
48 Diz ainda sobre os requisitos de análise e avaliação, que haverá um telefone destinado ao
49 esclarecimento de dúvidas e apresenta os anexos. A Sra. Raquel Cassol comenta ainda que
50 as mudanças que ocorrerão no edital são datas, que o conteúdo será preservado e que há a
51 previsão de publicarem o mesmo em diário oficial no dia seguinte a reunião, pergunta se
52 alguém tem uma dúvida quando a conselheira Sra. Edmara se manifestou. Ela perguntou a
53 respeito de uma data a qual estava escrita 11/11/2022 se manteria esta data. A Sra. Raquel
54 declarou que essa data é inválida, podendo ser substituída pelo símbolo xx/xx/2022 e que
55 esta data será agendada pelo departamento de compras da prefeitura. Na sequência a
56 Conselheira Sra. Chirlei pergunta sobre os planos do final do ano de 2021, se eles foram
57 dispensados do chamamento público, pois apresentaram a documentação diretamente para
58 a Assistência Social, então a Sra. Raquel Cassol pergunta se ela está falando dos planos de
59 co-financiamento do pis do básico variável, do serviço de convivência. Sobre isso a Sra
60 Raquel comenta que em fevereiro foi feita uma reunião com a comissão de orçamento, e
61 que os membros dessa comissão trouxeram esse apontamento, algumas dúvidas: Vamos
62 fazer chamamento? Vamos fazer dispensa? Porque em algum momento foi comentado a
63 possibilidade de fazer essa dispensa. Frente a estas dúvidas, a comissão decidiu enviar um
64 ofício para o departamento jurídico perguntando duas coisas, sobre a possibilidade de não
65 realizar o chamamento e sobre a possibilidade de não encaminhar a lei autorizatória para a
66 câmara, e explica que esta é a lei que vai para a câmara aprovar e que trata das instituições
67 que vão receber os valores e quanto cada uma vai receber. A resposta do jurídico é que há a
68 necessidade de haver chamamento público, explicando que a lei que autoriza a dispensa é

69 somente para projetos da área de Assistência Social, Saúde e Educação e sobre a lei
70 autorizatória também esclarece que ela é necessária pois, faz parte das exigências da lei de
71 responsabilidade fiscal. Cita ainda, que a comissão pretende reunir-se ainda este ano para
72 discutir a possibilidade dessa dispensa para o ano que vêm, mas que para 2022 foi decidido
73 por acatar a orientação do jurídico, e por isso já convocaram esta reunião extraordinária para
74 dar encaminhamento ao processo. Então, a conselheira Edmara pede que seja encaminhado
75 esse parecer para todos, para que quando se iniciarem as discussões os membros já tenham
76 o parecer em mãos, a Sra. Raquel diz que pedirá para a Secretária Executiva Heloísa
77 escanear e encaminhar a todos. A Sra. Camila pergunta se já há previsão de data, a Sra.
78 Raquel esclarece que inicialmente ela já alinhou com a Secretária Executiva Heloísa para
79 encaminhar as resoluções que o CMDCA indicar para publicação em diário oficial no dia
80 seguinte a reunião e assim que o edital for publicado, encaminhá-lo para o setor de compras,
81 diz que o termo de referência já está pronto e que os trabalhos foram iniciados hoje com a
82 reunião, pois, ela é necessária e que precisam do edital publicado para dar andamento ao
83 processo. Então, a conselheira Samara pede a palavra e comenta que o CMDCA está num
84 momento de transição do repasse do recurso do Imposto de Renda, que antes era vinculado
85 a Secretaria de Assistência Social está sendo responsável pelo processo hoje a responsável
86 é a SMDH. Cita que foi feita uma discussão para realizar esta transição e que quanto a fazer
87 um chamamento ou a possibilidade de dispensa, a discussão que foi feita com o jurídico e
88 controle interno enquanto Assistência Social, foi com relação aos pisos municipais, os pisos
89 municipais são recursos continuados para serviços continuados de Assistência Social e no
90 caso do Imposto de Renda, ele é um recurso pontual para ações pontuais e que não foi
91 objeto da discussão do ano passado. Continua que o entendimento da Assessoria Jurídica é
92 que precisaria se fazer um estudo sobre essa possibilidade ou não com o imposto de renda.
93 Ela diz que é importante as entidades fazerem um estudo sobre isso, as suas sugestões,
94 levantar como vem sendo feito em outros municípios para também fazer argumentação,
95 porque também depende-se da assessoria jurídica nesse processo de estudo para verificar
96 se nos próximos anos é possível, não é que está no ar da possibilidade mas para os
97 próximos anos tem que se estudar essa possibilidade. Esclarece que no ano passado a
98 forma que foi feita essas parcerias de 2022 e 2023, não foi uma discussão cumulativa como
99 a discussão do imposto de renda, são recursos diferentes, embora muitas das organizações
100 sociais sejam as mesmas, os objetivos são diferentes e é algo que exige um estudo agora. A
101 Presidente Juliana coloca o ponto em aprovação e foi aprovado na plenária. **Item B da pauta**
102 **– Deliberar sobre as indicações para formação da Comissão de Análise e Seleção de**

103 **Projetos do Chamamento Público:** A Sra. Raquel tem a palavra e diz que a Comissão de
104 Análise pegou como base as representações que tinham nos anos anteriores, então, como
105 este chamamento público é aberto para instituições que compõe a sociedade civil, os
106 representantes que compõe as comissões que são duas, precisam ser representantes do
107 CMDCA governamentais. Diz que ano passado havia um representante da política de
108 assistência, um da política de esportes, um da política de educação e um da política de
109 saúde e este ano pretendem indicar alguém da secretaria de desenvolvimento humano, mas
110 que mais pessoas da secretaria de desenvolvimento humano vão compor esta comissão,
111 principalmente da parte do financeiro. Diz então que precisa que os colegas se manifestem
112 das demais secretarias além da SMDH pra compor a comissão, que no caso da SMDH é a
113 Samara Vilas Boas Gobbi. Então, ficam como membros da comissão representante da
114 SMDH, Samara Vilas Boas Gobbi, da Assistência Social Juliana Alves Máximo de Souza, do
115 Esporte Franz Menegasso, da Educação Jaqueline Alvez Eberhardt e da Saúde Paula
116 Danielle Lopes. O ponto de pauta foi posto em votação e aprovado pela plenária. **Item C da**
117 **pauta - Deliberar sobre formação da Comissão de Monitoramento e Avaliação do**
118 **Chamamento Público:** Com a palavra a Sra. Raquel explica que a formação dessa
119 comissão tem representantes das políticas que compõe o CMDCA, que precisa de
120 representantes de Esporte e Lazer, Saúde, de Assistência Social, Educação e Cultura.
121 Explica que essa comissão faz análise dos planos de trabalho, do conteúdo em si, portanto é
122 importante que os profissionais de cada uma dessas secretarias representem pela questão
123 de conhecimento da própria política para participar da comissão. Diz que quer inserida
124 representação da SMDH. A Sra. Paula é convidada a participar e pergunta sobre como é a
125 frequência dos encontros desta comissão. A Sra. Samara responde que a comissão de
126 seleção trabalha uma semana sem parar, praticamente, mas que é o trabalho inicial. Diz que
127 a comissão de monitoramento e avaliação nos anos anteriores não foi feito o trabalho correto
128 e que ela apontou para a SMDH ser mais firme com isso, porque a presidente da comissão
129 da gestão anterior acabava fazendo os relatórios sozinha. Comenta que as reuniões
130 precisam se bimestrais pois, a prestação de contas é bimestral. Continua dizendo que
131 dependendo de quando o recurso cai para as instituições, pode acontecer de ter 2 ou 3
132 bimestres e é importante que a comissão participe para dar o parecer e fazer o relatório para
133 a prestação de contas para então, a gestora da parceria, fazer o parecer final. A Sra.
134 Valdenice comenta que na comissão de monitoramento nos editais anteriores a
135 representante da política dela nunca foi convocada pra nenhuma reunião. A Sra. Samara diz
136 que é sobre isso mesmo que ela está comentando, não que a comissão não participou, mas

137 que foi optado por proceder dessa maneira, mas que na verdade o processo precisa ser
138 conduzido de maneira diferente, com a participação de toda a comissão mesmo, até porque
139 são diversas políticas envolvidas e fica difícil pra uma política, como exemplo a SMDH,
140 avaliar sozinha um projeto de outra área como a de Assistência, por exemplo. Então a Os
141 representantes dessa comissão são: Desenvolvimento Humano: Pâmela Ritter, Saúde:
142 Valdenice dos Santos Souza, Assistência Social: Juliana Alves Máximo de Souza, Esporte:
143 Franz Menegazzo, Educação: Jaqueline Alvez Eberhardt e Cultura: Cristiane Roberta Xavier
144 Cândido. Ponto de pauta colocado votação e foi aprovado. **Item D da pauta - Deliberar**
145 **sobre os critérios para acessar os valores arrecadados com a Campanha Legal:** A Sra.
146 Raquel diz que os critérios estão contidos no edital, sendo o item 4.2.– Somente poderão
147 participar desta seleção as OSC's, sem fins lucrativos, por meio de seus representantes
148 legais, conforme estabelecido no art. 2º, I, da Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei
149 13.204/2015 [...] e a resolução que consta será subsistida pela resolução de hoje. Os
150 critérios: a) estar regularmente constituída, comprovando por meio da apresentação dos
151 documentos relacionados no item 6.1.3 deste Chamamento Público; b) possuir Registro no
152 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; c) estar em regular
153 funcionamento no município de Toledo; d) estar em dia com suas obrigações fiscais; e) estar
154 constituída de Conselho Fiscal ou órgão equivalente, dotado de atribuição para opinar sobre
155 os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais
156 realizadas. f) apresentar relação nominal atual de usuários atendidos, com data de
157 nascimento, nome do responsável, endereço e turno de atendimento, tendo como referência
158 o mês de fevereiro de 2022. A Sra. Raquel reforça que os documentos a serem
159 apresentados constam no edital ou no Item 6.2.3 ou nos anexos. Continua dizendo que tem
160 também a questão de destinação desse recurso, gasto com RH, por exemplo, até 60% e
161 critérios de valores, que são instituições que fazem atividades de 2hrs, 4hrs, 8hrs e os critério
162 de cálculo do valor que foi mostrado anteriormente. Continua dizendo que essas informações
163 todas compõe o edital o que direciona; todo o processo de chamamento consta no edital
164 para as instituições que tem interesse em se candidatar, o edital é o instrumento que norteia.
165 Todas as informações necessárias como modelo de documento que precisam ser
166 preenchidos, estão todas no edital. A Sra. Raquel conclui perguntando se alguém tem
167 alguma dúvida ou algum comentário, é questionada se o edital apresentado é do ano
168 anterior, a qual a Sra. Raquel responde que segue a mesma lógica a questão dos critérios,
169 não tem alteração. A Sra. pergunta se o edital será encaminhado para os conselheiros e a
170 Sra. Raquel responde que a Secretária Executiva Heloísa encaminhou por e-mail, mas que

171 se for facilitar ela pode encaminhar o modelo pelo whatsapp. A conselheira Camila aproveita
172 e pede que quem não estiver recebendo os e-mails da Sra. Heloisa que passe o endereço
173 correto pra ela. A Presidente Juliana coloca a ponto em votação e foi aprovado. Juliana diz
174 que a pauta foi concluída, agradece a presença de todos e encerra a reunião. Nada mais
175 havendo a tratar, eu, Jaina Caroline Lunkes, encerro a presente ata, a qual será
176 encaminhada por e-mail aos conselheiros/as, para apontamentos de eventuais retificações e
177 na próxima reunião ordinária deste conselho, a ata será aprovada e assinada pelos
178 presentes.